



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

ATA N.º 01/2021
COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA
REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA
REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2021, ÀS 14H30

Aos 17 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às 14 horas e 30 minutos, por meio de videoconferência, reuniram-se, sob a Presidência da Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão Participativa, Desembargadora Tania Bizarro Quirino de Moraes, Vice-Presidente Administrativa; os Desembargadores membros do Comitê: Desembargador Sérgio Pinto Martins; Desembargadora Regina Aparecida Duarte; Desembargadora Sônia Maria Forster do Amaral; Desembargador Nelson Bueno do Prado; a Coordenadora do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, Desembargadora Sueli Tomé da Ponte; a Magistrada representante do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, Paula Becker Montibeller Job; os Juizes membros do Comitê: Juíza Soraya Galassi Lambert e Juiz Rogério Moreno de Oliveira – Auxiliares da Corregedoria Regional; Juiz Titular Rodrigo Garcia Schwarz; o Magistrado indicado pela Amatra-2, Juiz Frederico Monacci Cerutti, os Servidores membros do Comitê: Oswaldo José Costa da Silva Leme e Natália Lungov Fontana, da Secretaria-Geral da Presidência; Maria Inês Ebert Gatti, da Secretaria da Vice-Presidência Administrativa; Eliana Maria Damaceno Velkis, Secretária da Corregedoria Regional; Rômulo Borges Araujo, Diretor-Geral da Administração; Aline Maria de Castro Silva Rossi, Diretora da Secretaria de Comunicação Social; Marcio Nisi Gonçalves, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações; Antônio Donizete Ferreira da Silva, Diretor da Secretaria de Segurança Institucional; Denize Mota, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas; Renata Aparecida Cursino Pires, Diretora da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira; Narjara Jacó da Silva e Silva, Diretora da Secretaria de Saúde; Aquiles José Malvezzi, Diretor da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações; Maria Claudia Daidone, Diretora da Secretaria da Escola Judicial; Claudia Polachini Kayatt, Diretora da Secretaria da Ouvidoria; Márcio Vinícius Gimenes Milan, Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos e sua equipe: Patrícia Andrade



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Castro Carvalho, Gabriela Madalena Milagres Coleti, Filipe Gioielli Mafalda, Filipe Vieira de Lima, Erika Rodrigues Magalhães Lacerda, Bruno Motta de Andrade, Daniela Vilaça Castagna, Marcus Andre dos Santos Marques de Abrantes e Marcos Vinicios Carneiro Rocha; Gustavo Miranda da Silva, Diretor da Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores; Ricardo Alex Serra Viana, Diretor da Coordenadoria de Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC; Maria da Graça Navarro e Luiz Antônio Loureiro Travain, Diretores do NUPEMEC-JT2; Tarcísio Ferreira, servidor representante do SINTRAJUD e demais servidores: Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, da Seção de Acessibilidade e Inclusão, a pedido do Desembargador Álvaro Alves Nôga; Leila Dantas Pereira, Diretora da Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental com a finalidade de discutir questões relacionadas ao Planejamento Estratégico Institucional. Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira, da Secretaria-Geral Judiciária, teve sua ausência justificada.

A Desembargadora Tania iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos e todas. Em seguida passou a palavra para o Diretor Márcio Milan, que apresentou brevemente a pauta da reunião:

1. Apresentação dos resultados dos indicadores do PEI 2015-2020;
2. Apresentação dos resultados do Processo de Gestão de Riscos referentes ao exercício 2020;
3. Contextualização e apresentação da SWOT Institucional;
4. Apresentação dos resultados dos Projetos Institucionais referentes ao exercício 2020;
5. Apresentação da Metodologia de Projetos;
6. Apresentação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021- 2026)
7. Apresentação do Plano de Logística Sustentável (PLS 2021 – 2026).

Na sequência, deu a palavra ao Diretor Gustavo para a exposição do item 1 da pauta - *Apresentação dos resultados dos Indicadores do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2015-2020.*

O Diretor Gustavo cumprimentou os participantes e expôs os resultados dos indicadores do PEI referente ao ano 2020, informando os seguintes percentuais de cumprimento das metas:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Indicador 1. Capacitação dos Magistrados nas Competências Institucionais atingiu 93,21% de cumprimento.

Indicador 2. Capacitação dos Servidores nas Competências Institucionais atingiu 86,83% de cumprimento.

Indicador 3. Percentual do Orçamento de Custeio Aplicado em Capacitação atingiu 52,16% de cumprimento.

Indicador 4. Índice de Clima Organizacional atingiu 107,33% de cumprimento.

Indicador 5. Índice de Instalações Físicas Adequadas atingiu 102,04 de cumprimento.

Indicador 6. Índice de Adequação aos Padrões de Nivelamento de TI atingiu 100% de cumprimento.

Indicador 7. Índice de Disponibilidade dos Serviços de TI atingiu 99,21% de cumprimento.

Indicador 8. Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD) atingiu 125,88% de cumprimento.

Indicador 9. Índice de Eficiência Operacional - Em Tramitação atingiu 67,01% de cumprimento.

Indicador 10. Índice de Eficiência Operacional - Entrados atingiu 92,43% de cumprimento.

Indicador 11. Índice de Processos de TI Aderentes às Melhores Práticas do COBIT atingiu 91,50% de cumprimento.

Indicador 12. iGovTIC-JUD 120% de cumprimento.

Indicador 13. Templo de Ciclo Total - 1º Grau atingiu 101,07% de cumprimento.

Indicador 15. Índice de Processos Antigos (IPA) atingiu 106,61% de cumprimento.

Indicador 16. Tempo Médio de Duração do Processo no 1º Grau - Fase de Conhecimento no 1º Grau (TMDP1c) atingiu 116,58% de cumprimento.

Indicador 17. Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2) atingiu 81,14% de cumprimento.

Indicador 18. Índice de Processos Julgados no 1º Grau (Conhecimento) - IPJ atingiu 71,13% de cumprimento.

Indicador 19. Índice de Processos Julgados no 2º Grau (Conhecimento) - IPJ atingiu 79,58% de cumprimento.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Indicador 20. Índice de Conciliação (IConc) atingiu 113,73% de cumprimento.

Indicador 21. Índice de Execução (IE) atingiu 97,37% de cumprimento.

Indicador 22. Pesquisa de Satisfação (Grau de Satisfação com os serviços prestados) atingiu 98,67% de cumprimento.

Indicador 23. Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA) atingiu 64,32% de cumprimento.

Indicador 24. Índice de Atendimento das Metas do PLS atingiu 115,65% de cumprimento.

Em geral, o Diretor Gustavo ponderou que algumas metas foram atingidas e outras ficaram próximas do resultado estabelecido, mas não foram cumpridas em razão das dificuldades decorrentes da pandemia provocada pelo Covid-19, principalmente em decorrência da necessidade da suspensão dos prazos processuais.

Em seguida, passou a palavra para o Diretor Márcio Milan, que abordou o item 2 da pauta - *Apresentação dos resultados do Processo de Gestão de Riscos referente ao exercício 2020.*

O Diretor Márcio explanou o Processo de Gestão de Riscos e *Compliance*, esclarecendo que a Gestão de Riscos consiste em um dos pilares da Gestão de Governança, Riscos e *Compliance* (GRC); que proporciona a transparência, maior maturidade dos processos de trabalho, melhoria nas tomadas de decisões, envolvimento dos servidores e magistrados com as metas nacionais e institucionais e cumprimento dos objetivos estratégicos.

Ressaltou que na 1ª Etapa – Riscos Negativos - foram levantados 348 riscos que podem afetar negativamente os objetivos das Unidades e do Planejamento Estratégico Institucional (PEI); que foram mapeados 832 controles já existentes para esses riscos e os gestores propuseram 255 planos de ações que visam a diminuição dos níveis de risco ao patamar aceitável institucionalmente.

Destacou que na 2ª Etapa – Riscos de Conformidade - foram mapeadas as principais normas de cada área, identificando 144 riscos de conformidade, 321 controles de conformidade já implementados. Ademais, foram elaborados 58 planos de ação para mitigação dos riscos de conformidade inaceitáveis.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Afirmou que a 3ª Etapa - Riscos de Integridade - já foi iniciada e que os dados coletados estão sendo analisados pela Coordenadoria de Governança de Projetos - Seção de Riscos e *Compliance*.

Pontuou que houve a realização do Projeto Piloto na Área Judiciária, com a participação da 88ª Vara do Trabalho de São Paulo e do Gabinete da Desembargadora Dra. Regina Duarte, destacando a importância do envolvimento destes no processo de implantação da Gestão de Riscos no Regional.

Salientou ainda que a expectativa é que a conclusão ocorra até o final de 2021, com o encerramento do primeiro ciclo do processo e passou a discorrer a respeito item 3 da pauta - *Contextualização e apresentação da SWOT Institucional*.

O Diretor Márcio pontuou que a Matriz SWOT é uma ferramenta gerencial que examina o ambiente interno e externo da instituição visando identificar oportunidades de melhoria e otimização do desempenho. Explicou que é uma técnica importante para o mapeamento da situação atual do Tribunal, permitindo que o Planejamento Estratégico possa trilhar suas ações, com precisão, em busca da visão de futuro.

Por fim, encerrou este item da pauta, elencando as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças deste Regional, esclarecendo que a Matriz Institucional teve como fontes as matrizes elaboradas pelos Gestores de Riscos no Processo de Gestão de Riscos, as informações identificadas no Processo de Gestão de Riscos, a Matriz SWOT da Justiça do Trabalho, dentre outras.

O Comitê aprovou a Matriz SWOT Institucional apresentada.

Ato contínuo, passou a abordar a respeito da Metodologia de Projetos, pontuando que o documento encontra-se disponibilizado na intranet e que é aplicado em todos os projetos nacionais e institucionais deste Regional, tendo sido atualizado no mês de abril de 2021 para maior aderência à realidade do TRT2.

Acrescentou que a aplicação da Metodologia de Projetos traz diversos benefícios à Instituição, a exemplo da transparência, racionalização de recursos, alinhamento estratégico, além da otimização e gestão de equipe.

O Comitê aprovou a atualização da Metodologia de Projetos.

Após, o Diretor Márcio Milan explanou a respeito do item 4 da pauta - *Apresentação dos resultados dos Projetos Institucionais referentes ao exercício 2020*, informando que



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

existem 13 projetos em andamento, dentre eles: 8 projetos estão dentro do prazo, 2 estão em atraso e 3 projetos foram finalizados, passando a pormenorizar os respectivos status.

Esclareceu que o Projeto CPGP 01/2019 - Digitalização de Processos Físicos - está em andamento, conforme o cronograma, com progresso de 98%. Comunicou que mais de 200.000 (duzentos mil) processos foram digitalizados, que varreduras e ajustes finais estão sendo realizados para o encerramento do projeto. Pontuou que o Projeto CPGP 02/2019 - Implantação da Biblioteca Digital (Basis) do TRT2 foi finalizado, que instalação foi concluída e a ferramenta liberada. As normas antigas estão sendo carregadas gradativamente. Afirmou que o Projeto CPGP 05/2019 - Implantação do Sistema de Controle de Material e Patrimônio – está com progresso de 78%. Destacou que o módulo de bens de consumo foi implantado e que a migração de bens permanentes está em andamento. Quanto ao Projeto CPGP 06/2019 - Implantação do Sistema e Licitações e Contratos, comunicou que o projeto foi finalizado e que será criado novo projeto para a migração dos dados, ante a complexidade da tarefa. Informou que o Projeto CPGP 01/2020 - Selo de Excelência do TRT2 está com progresso de 32% e que o projeto foi suspenso de julho/2020 a janeiro/2021 devido à pandemia do Covid-19. Afirmou que o novo escopo do projeto alinha as unidades deste Regional às metas nacionais, aos indicadores do PEI e ao Prêmio CNJ e que o questionário a ser enviado às áreas está em desenvolvimento. No que se refere ao Projeto CPGP 02/2020 – Migração do Sistema de Licitação e Contratos, comunicou que o projeto está com progresso de 67%, que a migração do banco de dados foi concluída e que estão sendo realizados os testes nos relatórios emitidos pelo Sistema. Quanto ao Projeto CPGP 03/2020 - Mapeamento, Redesenho e Implantação dos Processos da Secretaria de Orçamentária Financeira (SCOF), pontuou que o projeto atingiu o progresso de 25%, esclarecendo que foi realizado o levantamento inicial de todas as Seções da SCOF e diante do alto volume de trabalho da Unidade, após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), decidiu-se que análise dos processos listados será realizada a partir do mês maio do corrente ano. Afirmou que o Projeto PPGP 04/2020 – Mapeamento e Diagnóstico dos Processos da Secretaria de Precatórios atingiu o progresso de 85%, destacando que o mapeamento e diagnóstico dos processos de trabalhos da Unidade foram realizados, que o Relatório de Achados e Sugestões foi aprovado e que algumas melhorias já foram implantadas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Em seguida, o Diretor Milan explanou a respeito dos Projetos Institucionais do Plano Diretor de Gestão de Pessoas. Afirmou que o Projeto PDGP 01/2019 - Mapeamento, Redesenho e Implantação dos Processos da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) – está com progresso de 65%. Pontuou que os processos de trabalho da SGP foram analisados, que o redesenho dos fluxos e a definição das melhorias foram finalizadas em quatro das cinco Coordenadorias da Unidade e que algumas melhorias já foram iniciadas. No que se refere ao Projeto PDGP 02/2019 - Implantação da Gestão por Competências, informou que o projeto está com progresso de 54%, que foi iniciada a avaliação piloto na Seção de Gestão por Competência da SGP e na Coordenadoria de Governança e Projetos da Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos (SGEP) e que a avaliação das competências operacionais teve início em abril de 2021. Pontuou que o Projeto PDGP 04/2019 - Plena implantação do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEP – está com progresso de 82% e que 7 dos 12 módulos do sistema foram implantados. Ponderou ainda que a evolução do projeto pode ser replanejada de acordo com as entregas pelos Tribunais desenvolvedores. Quanto ao Projeto PDGP 10/2019 - Reformulação do “Meu Espaço”, informou que o projeto foi finalizado e que os Portais dos Magistrados (as) e Servidores (as) foram implantados e estão em plena utilização pelos usuários. No que se refere ao Projeto 01/2020 – Autoconhecimento e Vivências, afirmou que o projeto está com progresso de 55%, que foram realizados 48 encontros virtuais com a participação de 198 pessoas. Ressaltou que há treinamento continuado para os facilitadores na prática da Metodologia do Centro de Valorização da Vida, que está em desenvolvimento uma ferramenta para o gerenciamento das inscrições e que o Projeto foi inscrito no Prêmio Cooperari.

Após, o Diretor Márcio passou a abordar o item 6 da pauta - *Apresentação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021- 2026)*, esclarecendo que nas versões anteriores dos Planos Estratégicos era comum haver diferenças entre os planos do Poder Judiciário (CNJ), Justiça do Trabalho (CSJT) e de cada Tribunal Regional do Trabalho e que neste novo ciclo houve uma mudança nacional na elaboração e construção do novo documento. Desta forma, com o objetivo de garantir um maior alinhamento nacional, os Tribunais Regionais do Trabalho tiveram que seguir algumas regras, as chamadas “Regras de Ouro”, a exemplo do alinhamento com os Macrodesafios do Poder Judiciário; do alinhamento com o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho; da missão única para toda a



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Justiça do Trabalho. Ademais, valores, indicadores e metas tiveram que ser replicados e cada objetivo teve que conter, no mínimo, um indicador e um meta e, no máximo, duas metas, além das nacionais (CNJ).

Apresentou então o esboço do PEI 2021-2026, explanando brevemente a respeito dos Macrodesafios do Poder Judiciário 2021-2026, cadeia de valor deste Regional, visão, missão, valores, objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas, ações e mapa estratégico. Informou que as Perspectivas foram alteradas para Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, ressaltando que a última Perspectiva é a novidade do Plano atual e está relacionada às melhorias de gestão, a exemplo da gestão de pessoas e da gestão orçamentária.

Destacou ainda que, diante das “Regras de Ouro” estabelecidas, o Tribunal trabalhou de forma mais local e intensa em suas ações que representam projetos, iniciativas e programas que operacionalizam a execução do plano estratégico e direcionam recursos e esforços com a finalidade de se atingir as metas estabelecidas.

Em seguida, pontuou brevemente a respeito da Meta 09 do Conselho Nacional de Justiça – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário, esclarecendo que esta Meta possui o objetivo de realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030. Pontuou que no ano anterior, o Tribunal atuou na ODS 8 - Trabalho Decente, no que se refere ao assunto “Horas Extras”, tendo sido realizado e cumprido integralmente o Plano de Ação estabelecido. No entanto, para o novo ciclo, o CNJ solicitou um novo plano e o CSJT definiu que as ações da Justiça do Trabalho serão uniformizadas, para que o resultado da Meta 09 seja mais efetivo. Desta forma, o CSJT padronizou o Plano de Ação (5W2H) para toda a Justiça do Trabalho e encaminhou o modelo para os Regionais com o objetivo de realizar diagnóstico sobre os julgados (últimos 3 anos) referentes ao tema do trabalho decente (trabalho seguro mais combate ao trabalho infantil), para identificar: quantitativo de processos pendentes e julgados nesses temas e o grau de convergência jurisprudencial e de aderência dos principais julgados às Convenções e Declarações Internacionais de Direito da Organização Internacional do Trabalho – OIT. O Diretor Márcio ponderou que a ideia é fazer um levantamento estatístico e cada Regional apresentar o seu cenário atual em relação ao quanto solicitado pelo CSJT. Explicou que no Plano Nacional do CSJT há mais ações, mas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

que este Regional optou por mesclar algumas ações nacionais e outras ações locais em seu Plano de Ação. Pontuou ainda que, para cumprimento da citada Meta 09 do CNJ, foi criada a Ação 14 – Estabelecer laboratório de inovação, inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, relacionada ao Objetivo 7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica, uma vez que o LIODS contribuirá para a execução das ações dispostas no Plano de Ação.

A Diretora Inês solicitou a palavra e afirmou que, diante dos novos participantes no Comitê, valia esclarecer que a Gestão de Riscos, a Gestão por Competência, o Plano de Integridade estabelecido, as novas Metas estabelecidas pelos Órgãos Superiores, são matérias técnicas, que fazem parte da Instituição Pública Moderna. Destacou que são obrigações legais, que devem ser cumpridas e que a utilização dessas ferramentas traz grandes benefícios para o Tribunal, citando alguns exemplos como a mitigação dos riscos diante da pandemia do Covid-19 e a valorização dos servidores por meio da Gestão por Competência. Por fim, destacou a importância da criação de novos projetos e salientou a criação do LIODS no TRT2, para cumprimento da Meta 09 do CNJ, a fim de interagir com todas as áreas do Tribunal e de forma direta com o Comitê do Trabalho Seguro e do Trabalho Infantil. Por fim, agradeceu a presença dos presentes e se colocou à disposição de todos e todas.

O Diretor Márcio Milan passou a palavra para a servidora Fernanda Martins para exposição do último item da pauta - *Apresentação do Plano de Logística Sustentável (PLS 2021 – 2026)*. A Desembargadora Regina Duarte pediu a palavra, justificou a ausência da servidora e pontuou que o ciclo do PLS 2015-2020 foi finalizado com resultado positivo e cumprimento de 80,95% dos seus indicadores e 86,21% como resultado dos planos de ação.

A Desembargadora Regina pontuou que a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário – TRT-2, ciente da implementação da Meta 09 do CNJ, promoveu oficinas ministradas pela professora Gisele Fessore, Diretora da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação (UCIN) da Justiça Federal de São Paulo e responsável pela implantação do Laboratório de Inovação no CNJ junto à Escola Judicial e que o curso está em sua terceira turma.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Continuou a explanação afirmando que os principais destaques deste novo ciclo do PLS se referem a 16 temas com novidades na área de acessibilidade, inclusão e equidade, bem como capacitação em sustentabilidade e inovação. Informou que o documento apresenta 25 indicadores relacionados à Agenda 2030 da ONU. Ressaltou que a minuta do novo PLS foi encaminhada anteriormente aos presentes para avaliação prévia.

A Desembargadora Regina Duarte informou a respeito das atividades dos LIODS realizados em outros Tribunais, comunicou que diferentes áreas estão à frente dos Laboratórios, como a EJUD, Setor de Comunicação, a depender do Regional. Frisou que a Seção de Gestão Socioambiental já está realizando o trabalho do LIODS com o apoio da Comissão de Sustentabilidade. Por fim, agradeceu sua participação e se colocou à disposição para solucionar qualquer dúvida relacionada ao PLS 2021-2026.

A Desembargadora Tania Bizarro solicitou a palavra e ponderou que a inovação é medida estratégica que atinge todas as áreas da Instituição e solicitou, diante dos estudos realizados pela Seção de Sustentabilidade, que esta entre em contato com a Gestão Estratégica, uma vez que para cumprimento da Meta 09 há a necessidade do envolvimento de todas as áreas deste Regional e que o setor da Estratégia é responsável pelo acompanhamento das metas nacionais. Destacou a importância do contato e do esclarecimento para que não ocorra duplicidade nas atribuições das áreas.

A Desembargadora Regina pontuou que é possível e necessário esse contato, esclarecendo que esta é uma atividade compartilhada e que na Comissão do PLS, há a participação de membros de diversas áreas deste Regional.

A Desembargadora Tania ponderou que a Gestão Estratégica permeia todas as áreas da Instituição, de forma inerente às suas atribuições.

A Desembargadora Regina Duarte destacou a importância da participação da Presidência e dos demais envolvidos e envolvidas, uma vez que se trata de uma atividade colaborativa.

O Juiz Auxiliar da Presidência, Rogério Moreno, foi questionado sobre o posicionamento da Presidência e afirmou que a criação do LIODS implica na realização de atividades com atuação multidisciplinar e compartilhada, com a participação da Seção de Sustentabilidade, SGEP, Secom, TI e outras áreas. Salientou que o normativo será submetida à Desembargadora Vice-Presidente Administrativa e ao Desembargador



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Presidente, assim como à Desembargadora Regina Duarte, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas.

A Coordenadora do Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao 1º Grau, Dra. Sueli Tomé, solicitou a palavra e se colocou à disposição para ajudar no que for preciso em relação à implantação do LIODS neste Regional.

O Corregedor Regional, Desembargador Sérgio Pinto Martins, solicitou que a Corregedoria Regional fosse convidada para tomada de decisões estratégicas, por se tratar de uma questão multidisciplinar, o que foi acatado pelo Comitê.

O CPGP aprovou o Planejamento Estratégico Institucional para o ciclo 2021-2026.

O Diretor Márcio Milan solicitou que o PEI 2021-2026 seja submetido à apreciação do Tribunal Pleno na sessão subsequente, que ocorreria no dia 31/05/2021, para cumprimento do prazo de publicação do documento, o que foi deferido. Após, abordou a inclusão de uma ação solicitada pelo Diretor da Secretaria de Segurança Institucional, explicando que as ações podem ser incluídas, mas necessitam de um alinhamento com os objetivos estratégicos e serão avaliadas na próxima RAE.

A Desembargadora Tania Bizarro despediu-se do CPGP e, nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Para constar, foi lavrada a presente ata.

DESEMBARGADORA TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS
Vice-Presidente Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão Participativa